

COMO CUIDAR DE SUAS FINANÇAS PESSOAIS



Copyright © Conselho Federal de Administração
Direitos Reservados ao Conselho Federal de Administração
SAUS – Quadra 1, Bloco L – Edifício Conselho Federal de Administração
CEP 70070-932 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3218-1800
E-mail: cfa@cfa.org.br – Home page: www.cfa.org.br

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Dados Internacionais de Catalogação e Publicação (CIP) 65.012(81)(09)
336 M414c Massaro, André. Como cuidar de suas finanças pessoais : CFA (2015) / André Massaro. – Brasília, DF: Con- selho Federal de Administração, 2015. 59 p.
1. Gestão financeira. 2. Finanças pessoais. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela
Bibliotecária Cláudia Valentim – CRB 1.697

» APRESENTAÇÃO

Quatro em dez brasileiros estavam inadimplentes em abril de 2015, de acordo com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Isto equivale a 55,3 milhões de pessoas, ou seja, 38% da população brasileira de 18 a 95 anos, com dívidas pendentes. A pesquisa revelou ainda que grande parte dos brasileiros faz compras sem nenhum planejamento e muitas vezes se rende ao financiamento fácil – principalmente por meio de empréstimos consignados.

O certo é que a maioria da população compra por impulso, não poupa e tampouco investe. Em consequência, a poupança doméstica vem perdendo cerca de R\$ 29 bilhões, nos quatro primeiros meses de 2015, segundo a Associação Brasileira de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). A previsão da Associação é que o fechamento da conta deste ano pode terminar negativo em R\$ 50 bilhões.

Portanto, nestes novos tempos de crise, baixos salários e altos custos, os brasileiros precisam, mais do que nunca, administrar suas finanças pessoais.

Em princípio, a administração financeira pessoal pode parecer um processo complicado, repleto de termos técnicos e fórmulas incompreensíveis. Na verdade, tudo é muito simples e pode ser entendido e aplicado por qualquer cidadão brasileiro que esteja disposto a aprender a correta utilização dos recursos pessoais – sejam eles oriundos de salários, aplicações ou outras fontes de receitas.

Uma boa administração das finanças pessoais não pode abrir mão de um diagnóstico realista e um correto planejamento. Assim, faz-se necessário reunir informações que garantirão a tomada de decisão no processo de gestão dos recursos próprios.

É exatamente buscando despertar a população brasileira para a importância do planejamento da sua vida financeira e facilitar a elaboração, acompanhamento e avaliação do orçamento familiar, que o Conselho Federal de Administração (CFA), desenvolveu esta modesta publicação de Finanças Pessoais, visando contribuir para a efetiva educação financeira do brasileiro.

Por outro lado, colocamos esta publicação à disposição dos profissionais brasileiros de Administração – que hoje somam cerca de 400 mil registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração (CRAs) de todos os Estados e do Distrito Federal – com o intuito de oferecer a esses profissionais mais uma ferramenta de apoio em seus trabalhos de atendimento, consultoria e treinamento na área de finanças pessoais.

Finalmente, esperamos que nos próximos anos a taxa de poupança doméstica do Brasil volte a crescer acima da média, próxima a 14% do Produto Interno Bruto (PIB), para ser incluído no ranking mundial dos países desenvolvidos, onde a poupança se situa entre 27% e 28% do PIB.

Adm. Carlos Alberto Ferreira Júnior
Coordenador da CEJO
CRA-DF nº 10699

Adm. Sebastião Luiz de Mello
Presidente do CFA
CRA-MS nº 0013



**COMO CUIDAR DE SUAS
FINANÇAS PESSOAIS**

COMO CUIDAR DE SUAS FINANÇAS PESSOAIS

Sumário

1- Introdução	07
2- Entendendo as finanças pessoais	09
3- Entendendo os fatores externos	13
4- Consumo	19
5- Crédito	25
6- Planejamento financeiro	31
7- Investimentos.....	40
8- Conclusão	47
9- Sobre o autor	49

» INTRODUÇÃO

Esta publicação tem como objetivo mostrar ao leitor a importância das finanças pessoais e das práticas de planejamento financeiro individual e familiar.

Nos últimos anos, muito tem se falado da importância da educação financeira e de como a inabilidade das pessoas em cuidar do próprio dinheiro vem causando perdas a elas mesmas, às organizações onde trabalham e à sociedade como um todo.

O campo das finanças pessoais é vasto e se relaciona com todos os aspectos da vida das pessoas. É possível observar a influência e o impacto das finanças na saúde, na educação, nos relacionamentos e na vida profissional.

Nesta publicação serão tratados, especificamente, quatro tópicos que são de maior importância no mundo das finanças pessoais.

O primeiro é o consumo. Pessoas trabalham e ganham dinheiro para poderem consumir.

O consumo faz parte da vida de todas as pessoas que vivem em uma sociedade. E a forma como se consome tem profundo impacto sobre o equilíbrio financeiro e a qualidade de vida das pessoas. Consumir de forma incompatível com a capacidade

financeira leva ao endividamento e a uma série de angústias financeiras.

O segundo tópico é o crédito. Ocasionalmente, pessoas precisam recorrer ao crédito e fazer dívidas para dar cabo de obrigações financeiras. Saber utilizar o crédito de forma criteriosa e consciente é fundamental para que não se caia na armadilha do endividamento excessivo.

O terceiro tópico é o planejamento financeiro. Planejamento financeiro é o conjunto de práticas e ações adotadas para utilizar o dinheiro da forma mais racional possível, maximizando seus benefícios.

O quarto e último tópico trata dos investimentos. Como as pessoas devem utilizar o dinheiro que sobra para construir mais segurança e mais riqueza.

» ENTENDENDO AS FINANÇAS PESSOAIS

As técnicas e práticas de gestão financeira, quando aplicadas a indivíduos e famílias, formam aquilo que se chama, usualmente, de “finanças pessoais”.

O assunto “finanças pessoais” forma um campo de conhecimento distinto dentro do universo maior das finanças, que inclui, também, os campos das finanças empresariais (ou corporativas – que tratam da gestão financeira não apenas das empresas, mas das organizações de forma geral), as finanças públicas (que tratam, como o nome sugere, da gestão financeira dos órgãos públicos) e dos serviços financeiros.

Uma forma interessante de se entender as finanças pessoais é colocando-as em oposição às finanças corporativas, que constituem o lado mais visível e mais conhecido do universo das finanças.

Tanto empresas quanto indivíduos têm suas necessidades, seus objetivos e estão sujeitos a uma dinâmica financeira bastante similar.

Indivíduos e empresas recebem dinheiro. Indivíduos recebem dinheiro na forma de salários, remunerações profissionais, outros tipos de renda ou mesmo ajuda

financeira de terceiros. Empresas recebem dinheiro como contrapartida pelos produtos e serviços que oferecem no mercado.

Indivíduos e empresas consomem e pagam por este consumo com dinheiro. Indivíduos utilizam o dinheiro, nas sociedades modernas, para adquirir bens e produtos necessários para sua sobrevivência e bem-estar. Empresas utilizam dinheiro para aquisição de insumos, investimentos em sua atividade e para suas despesas corriqueiras.

Indivíduos e empresas são obrigados a fazer aquilo que se chama de “gestão do fluxo de caixa”, que é organizar os recebimentos e pagamentos em determinada sequência que assegure que haja dinheiro para pagar aquilo que deve ser pago.

Indivíduos e empresas fazem (ou ao menos deveriam fazer) uma projeção dos eventos financeiros esperados no futuro: o “orçamento”. Não é possível antever com precisão o que vai acontecer no futuro, mas o orçamento ajuda a definir um rumo a seguir e é extremamente útil, tanto no contexto das finanças pessoais quanto empresariais.

Indivíduos e empresas têm, ocasionalmente, um saldo líquido

financeiro positivo (dinheiro que sobra após realizar os pagamentos) e precisam tomar decisões sobre o que fazer com aquele dinheiro disponível.

Indivíduos e empresas estão sujeitos a eventos imprevistos com consequências financeiramente negativas, e precisam se preparar, adotando práticas de gerenciamento de riscos, para que não haja uma ruptura no ciclo de pagamentos e recebimentos.

Como se pode observar, as dinâmicas financeiras básicas de uma empresa e de um indivíduo são, essencialmente, idênticas. O universo das finanças costuma dar maior atenção às empresas, pois, normalmente, elas operam com maiores volumes de dinheiro e têm transações financeiras mais numerosas e complexas, mas, num nível fundamental, há poucas diferenças entre os campos das finanças pessoais e empresariais.

Se é assim, onde estão as diferenças?

Existem basicamente duas grandes diferenças que separam esses dois mundos.

A primeira é o “fator humano”, muito mais presente nas finanças pessoais. Em empresas, muitas vezes as questões financeiras são conduzidas por gestores e profissionais especializados. Esses

profissionais, até por sua formação, costumam ter uma visão mais objetiva e menos emocional sobre as finanças.

Já no mundo das finanças pessoais, todas as decisões financeiras (sejam de consumo ou de investimento) acabam sendo carregadas de fatores emocionais, crenças e vieses. A gestão das finanças pessoais gera, compreensivelmente, mais “dor” e angústia nas pessoas. Já as finanças empresariais costumam ser “invisíveis” para a maioria das pessoas (mesmo que essas pessoas dependam da empresa para receber dinheiro).

A segunda diferença é um pouco mais técnica e está associada com a “alavancagem”.

“Alavancagem” é um termo que, no jargão das finanças, significa utilizar recursos financeiros de terceiros (“dinheiro emprestado”) com o objetivo de obter lucro e aumento de valor.

Uma forma popular de tentar definir a alavancagem é “ganhar dinheiro com o dinheiro dos outros”.

Empresas costumam utilizar a alavancagem corriqueiramente. Elas tomam dinheiro emprestado junto a instituições financeiras e investidores, a uma determinada taxa de juros, e investem em suas próprias atividades que,

presume-se, darão um retorno maior do que a taxa de juros devida.

Vamos imaginar um exemplo concreto: Uma empresa obtém um milhão de reais a uma taxa de 20% ao ano e, com esse dinheiro, adquire matéria-prima e paga custos de produção e distribuição de um produto, cujo retorno esperado com sua venda é de 30%.

A empresa obteve um retorno líquido de 10% - no caso, cem mil reais – sem colocar um único centavo de seu próprio dinheiro!

Isso é o que se chama de “dívida boa”. Uma dívida que vai gerar um valor maior que o dinheiro que foi tomado emprestado.

Quando empresas se alavancam, elas estão diminuindo seu custo de capital e agindo de forma mais eficiente, fazendo “mais com menos”. Os sócios ou acionistas recebem um lucro maior, proporcionalmente ao seu investimento, quando a empresa utiliza a alavancagem.

Por isso, é preciso ser muito cuidadoso ao avaliar uma empresa com dívidas – nem sempre uma empresa endividada é uma empresa “ruim”. Às vezes, é exatamente o oposto.

Já indivíduos e famílias raramente têm a oportunidade de usar a alavancagem. Salvo em raríssimos casos, as dívidas feitas

por indivíduos e famílias não geram um valor maior. Esse dinheiro emprestado é utilizado, na esmagadora maioria dos casos, em consumo e em aquisição de bens que não só não se valorizam, como, pelo contrário, sofrem depreciação e geram despesas.

Para uma pessoa física, raramente uma dívida é um “bom negócio”.

Por isso, no mundo das finanças pessoais, há uma grande preocupação em conscientizar as pessoas da importância de viverem de acordo com suas possibilidades financeiras e de forma a manter o endividamento baixo (ou, de preferência, inexistente).



» ENTENDENDO OS FATORES EXTERNOS

No exercício da administração (o que inclui a administração financeira), é preciso ter domínio sobre múltiplas habilidades. Entre essas habilidades estão o planejamento, a organização, a liderança e o controle.

Para uma aplicação adequada dessas habilidades, é preciso ter uma visão dos fatores internos e externos que afetam a organização que se está gerindo, ou mesmo a própria vida pessoal.

Em uma organização, os fatores internos (ou intrínsecos) são aqueles inerentes à própria organização, como sua estrutura gerencial, sua cultura, seus recursos e seus processos. Indivíduos e famílias seguem uma lógica semelhante: Diferentes famílias e indivíduos têm diferentes níveis de renda e de gastos, bem como diferentes crenças, valores e formas de organizar e alocar os recursos. Geralmente, se consegue ter um razoável grau de influência sobre os fatores internos, especialmente quando se está em uma posição de gestão e controle.

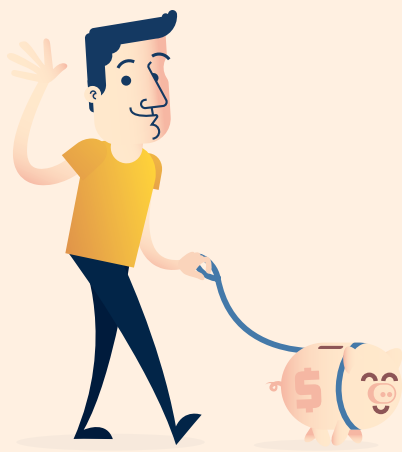
Já os fatores externos (ou extrínsecos) são fatores associados ao ambiente onde se está inserido. A influência sobre esses fatores costuma ser limitada ou mesmo inexistente. São exemplos de fatores externos às circunstâncias políticas,

institucionais, sociais, econômicas, de mercado e da própria Natureza.

Indivíduos e organizações vivem em um determinado ambiente e sofrem as influências desse ambiente. E é função dos gestores e administradores fazer com que as organizações sejam bem-sucedidas em seus propósitos, a despeito dos desafios impostos pelo ambiente. O mesmo vale para indivíduos e famílias.

Não é possível planejar, organizar, liderar ou controlar de forma eficiente sem considerar os fatores externos, mesmo tendo pouca influência sobre eles.

Quando se fala em gestão e administração financeira, independentemente de se tratar de finanças pessoais ou corporativas,



os fatores externos que causam os maiores impactos e representam os maiores desafios de gestão são aqueles de natureza econômica; por isso, é importante conhecer esses impactos e saber estimar a sua extensão, para aumentar o nível de sucesso das decisões financeiras.

Os principais fatores econômicos que impactam a gestão financeira são:

- **A inflação**

- **Os juros**

- **O desemprego**

- **O câmbio**

A INFLAÇÃO

A inflação é um processo em que se observa o aumento dos preços dos produtos e serviços, às vezes sem uma causa aparente.

A inflação pode ser de dois tipos: de demanda ou de custos.

A inflação de demanda ocorre quando, por alguma razão, a procura por determinado produto aumenta. Se a economia não conseguir aumentar a oferta desse produto de forma correspondente, consumidores ansiosos por adquiri-lo se tornam dispostos a pagar mais caro, forçando o

preço para cima.

A inflação de custos (ou inflação de oferta) ocorre quando um ou mais insumos ficam mais caros, forçando, novamente, o preço do produto para cima.

Em uma economia moderna e complexa, os produtos e insumos são altamente interligados, e dificilmente ocorre um aumento de preços em um produto sem que outros sejam impactados.

Existem economias nas quais os preços são estáveis e mesmo economias que são deflacionárias (onde os preços caem), mas a grande maioria das economias do mundo é, em grau maior ou menor, inflacionária, com uma tendência de aumento generalizado de preços e de perda de valor do dinheiro ao longo do tempo.

A inflação, quando ocorre em ritmo acelerado, costuma ser particularmente danosa para indivíduos e famílias. Indivíduos e famílias têm ferramentas limitadas para se protegerem da inflação. Grande parte das pessoas tem rendimentos fixos (como salários, pensões, rendas de aluguel entre outros) que não acompanham, automaticamente, o aumento dos preços dos produtos, fazendo com que o dinheiro perca seu valor e com que a segurança e a estabilidade financeira

fiquem comprometidas.

A proteção contra os efeitos da inflação é um dos grandes temas das finanças pessoais.

OS JUROS

“Juros” são o custo do dinheiro. Em uma economia, existem agentes econômicos (que podem ser pessoas ou organizações) que são superavitários ou deficitários. Isso significa que elas têm dinheiro “sobrando” ou “faltando”. Agentes que têm dinheiro de sobra emprestam para aqueles que precisam de dinheiro, e recebem uma remuneração que equivale ao “aluguel” do dinheiro – os juros.

Os juros são, por convenção, expressos em termos percentuais e no tempo – são as “taxas de juros”, que podem ser diárias, mensais, anuais etc.

Indivíduos e famílias são agentes econômicos e, como tais, podem ser superavitários ou deficitários. Uma pessoa que gaste acima de suas possibilidades precisará recorrer a empréstimos para dar conta de suas obrigações financeiras; do contrário, ficará inadimplente e poderá arcar com uma série de consequências desagradáveis.

Já pessoas com sobra de dinheiro podem

direcionar essa sobra para o consumo ou para investimentos. Alguns investimentos, chamados de “renda fixa” (que serão explicados mais adiante) rendem juros, pois representam empréstimos de dinheiro feitos para outros agentes econômicos.

Quando as taxas de juros de uma economia são baixas, os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos caem e os investimentos dão retornos menores. A vida fica “mais fácil” para pessoas que precisam de dinheiro, e aqueles que têm dinheiro sobrando não conseguem grandes retornos investindo. Quando as taxas de juros são baixas, há um incentivo ao endividamento e ao consumo.

De forma análoga, quando as taxas de juros são altas, as pessoas que precisam recorrer a empréstimos e financiamentos “sofrem” com os altos custos financeiros, e os investidores conseguem aproveitar para aumentar ainda mais sua riqueza.

Como vimos anteriormente, há uma grande preocupação, no mundo das finanças pessoais, com a questão do endividamento. E em economias com altas taxas de juros, como a brasileira, o endividamento dos indivíduos e famílias pode, muito facilmente, sair do controle.

O DESEMPREGO

A taxa de desemprego é um dos indicadores de atividade de uma economia. Ela nos informa, em termos percentuais, quanto da população economicamente ativa está, efetivamente, desocupada no mercado de trabalho.

A importância do desemprego para as finanças pessoais está no fato de que, para a maioria dos indivíduos, a renda é fruto de alguma atividade profissional.

Em uma economia com altos índices de desemprego é, naturalmente, mais difícil conseguir um emprego e as remunerações tendem a ser mais baixas. Nessas circunstâncias, mais pessoas acabam perdendo sua renda, o que leva ao endividamento e às crises financeiras.

De forma análoga, quando o nível de desemprego em uma economia é baixo (indicando um alto nível de atividade econômica), fica mais fácil para os indivíduos conseguirem uma ocupação e, mesmo para aqueles que já se encontram ocupados, costumam surgir oportunidades de evolução profissional, que levam a rendas maiores. Isso permite maiores níveis de consumo e de investimento.

O CÂMBIO

Dos quatro conceitos apresentados, o câmbio é, talvez, aquele que exerce menor impacto direto nas finanças pessoais.

“Taxa de câmbio” é o nome que se dá ao preço, em moeda nacional, de uma unidade de determinada moeda estrangeira. Por exemplo, quando falamos que a taxa de câmbio do dólar americano está valendo três reais, isso significa que precisamos gastar três reais para comprar um dólar.

Alguns indivíduos e famílias realizam operações em moeda estrangeira e podem ser impactados de forma direta por variações na taxa de câmbio. Por exemplo: pessoas que planejam viagens ao Exterior ou famílias que mandam ou recebem dinheiro de membros vivendo fora do País.

A maioria das pessoas não realiza transações em moeda estrangeira, mas sofre o impacto das variações cambiais nos preços dos produtos que adquirem. Muitos produtos de uso cotidiano são importados ou utilizam insumos importados, que são pagos com moeda estrangeira.

Quando o valor da nossa moeda cai, o preço desses produtos tende a subir para compensar o valor maior da moeda estrangeira, gerando (ou intensificando) inflação.

Esses são os fatores externos mais importantes para aqueles que querem ter um bom entendimento e controle de suas finanças pessoais.





4

» CONSUMO

CONSUMO: O COMEÇO DE TUDO

O consumo é o tema mais básico das finanças pessoais. É também um tema universal, pois todas as pessoas são, em maior ou menor grau, consumidoras, independentemente de idade, gênero, credo ou *status* socioeconômico. E, numa sociedade moderna, o ato de consumir envolve o uso de recursos financeiros.

Até um bebê recém-nascido é um consumidor e “gasta dinheiro”, apesar de não ter consciência disso.

As pessoas vivem para consumir: Consomem para sua própria manutenção física, para adquirir coisas, para vivenciar experiências e para sua própria evolução. As pessoas procuram ganhar dinheiro para poder consumir e, como via de regra, almejam consumir mais e com maior qualidade.

Poucas pessoas procuram acumular dinheiro apenas para “ter dinheiro”. Em geral, querem dinheiro para consumir ou, então, acumulam dinheiro para poder manter o padrão de consumo em momentos de dificuldade financeira. Por exemplo, quando ocorre uma diminuição ou cessação da renda.

O consumo é um grande fator de motivação. Muitas pessoas definem “sucesso” pelo padrão de consumo: o tipo de comida que comem, o meio de transporte que utilizam, os lugares que frequentam nos momentos de lazer entre outras coisas.

E, por ser algo universal e presente na vida de todas as pessoas, o consumo torna-se o responsável pela maior parte de suas angústias financeiras.

Consumir de forma inadequada leva a uma qualidade de vida deficiente, à falta de “robustez” financeira para momentos difíceis, à desorganização pessoal e, em casos mais sérios, ao endividamento em diferentes níveis.

A MODERNA SOCIEDADE DE CONSUMO

Aquilo que entendemos como “moderna sociedade de consumo” surgiu nas primeiras décadas do Século XX. Desenvolveu-se de forma mais pronunciada, inicialmente, nos Estados Unidos e, progressivamente, se espalhou para a maioria dos países do mundo. Seu surgimento foi, basicamente, uma consequência do período de grande prosperidade econômica que se seguiu ao término da 1ª Guerra Mundial.

Nessa época, floresceram conceitos como a “obsolescência programada”, o crédito ao consumidor e a publicidade moderna, com um apelo maior às emoções humanas e menor ênfase nos produtos em si.

Hoje, é comum a algumas pessoas se referirem à moderna sociedade de consumo como se fosse “a raiz de todos os males”. Porém, é preciso colocar as coisas sob uma certa perspectiva: Graças a ela, o mundo experimentou um crescimento econômico sem precedentes ao longo do Século XX, a despeito de ter enfrentado duas guerras mundiais.

O consumo é importante do ponto de vista econômico. Obviamente, é preciso se observar questões como a sustentabilidade do consumo e seus impactos ambientais e sociais, mas não se deve esquecer que o consumo é um dos motores da economia, que gera empregos, riquezas, oportunidades e é responsável pela subsistência de inúmeras famílias.

O consumo se torna algo negativo quando é insustentável ou, então, quando as pessoas sucumbem a certas armadilhas e passam a consumir de uma forma que se torna nociva a elas mesmas.

A seguir, serão apresentadas algumas dessas armadilhas:

- O CONFLITO “DESEJOS X NECESSIDADES”

“Desejos” são aquelas coisas que queremos ter, ou gostaríamos de ter, mas não são essenciais. A vida não depende delas. Já necessidades são aquelas coisas das quais não podemos prescindir; do contrário, nossa qualidade de vida (ou mesmo nossa sobrevivência) pode ser afetada.

A diferenciação entre “desejo” e “necessidade” é um conceito primário e muito facilmente compreensível. No entanto, muitas pessoas tomam decisões de consumo (e, conseqüentemente, financeiras) erradas, por não conseguirem enxergar, claramente, o que é uma coisa e o que é a outra.

Essa dificuldade em distinguir desejo de necessidade é uma das principais



armadilhas de consumo. Ela ocorre pois temos, em nossas mentes, mecanismos psicológicos de distorção da realidade, que nos levam a enxergar as coisas do jeito que “queremos que sejam”.

Entre esses mecanismos estão a negação e a racionalização. Muitas vezes, a pessoa já tomou uma decisão de consumo – está com a “cabeça feita” – e vai procurar, geralmente de forma inconsciente, distorcer a realidade de modo a justificar aquela decisão. Ela buscará (ou criará) evidências confirmatórias, que reforcem sua crença de que está “tomando a decisão correta”.

Esses mecanismos de distorção da realidade nos levam a acreditar que algo é necessidade quando, na verdade, é um desejo. É comum ver pessoas afirmando que “precisam” trocar de carro ou comprar novas roupas, geralmente invocando argumentos frágeis, ainda que, aparentemente, lógicos e racionais.

- INFLUÊNCIA DA PUBLICIDADE E DA PROPAGANDA

A publicidade moderna é altamente persuasiva e tem um forte apelo emocional. Publicidade é importante para a economia – graças a ela, empresas

podem comunicar aos consumidores a existência e as vantagens de seus produtos. Porém, algumas pessoas são influenciadas pela propaganda de tal forma que acabam tomando decisões de consumo que se voltam contra si mesmas.

Dependendo do quão influenciável é o consumidor, ele pode perder a noção clara do que é desejo e do que é necessidade, sendo levado a acreditar que “precisa” adquirir tal item, ainda que não tenha real necessidade do mesmo e, muitas vezes, sequer os recursos financeiros para adquiri-lo.

- PRESSÃO SOCIAL

Em alguns círculos sociais, consumir determinados itens ou marcas de produtos torna-se um requisito para ser “aceito”.

É bastante comum pessoas acreditarem que “precisam” usar o tênis da marca “X” ou a camiseta da marca “Z”. Do contrário, serão vistos como indivíduos de “classe inferior”. Esse tipo de comportamento é muito visível nos grupos de pessoas mais jovens, mas adultos também sofrem com a pressão social, ao se sentirem obrigados a adquirir bens e consumir coisas de que não precisam realmente, para se sentirem socialmente aceitos e para impressionar outras pessoas.

- QUANDO O CONSUMO VIRA DOENÇA

É natural e, de certa forma, compreensível, que as pessoas sucumbam de vez em quando às armadilhas de consumo. Algumas pessoas são consumistas em diferentes graus e, ocasionalmente, qualquer um acaba cedendo à tentação de comprar algo por impulso.

Porém, em graus elevados, o consumismo pode caracterizar uma patologia. Hoje se dá o nome de “oniomania” ao hábito de comprar compulsivamente, muitas vezes levando a pessoa a um estado de endividamento pesado.

Quando o consumismo chega a esse nível, a questão extrapola o mundo das finanças e vai para a área da saúde mental.

O QUE É UM “CONSUMIDOR CONSCIENTE”?

Hoje em dia, muito se fala sobre “consumo consciente”. O consumidor consciente é, antes de qualquer coisa, um consumidor responsável, que procura ponderar uma série de fatores ao tomar uma decisão de consumo.

Esses fatores dizem respeito à necessidade e/ou pertinência daquela compra, à capacidade financeira do consumidor e aos impactos socioambientais que aquele produto ou serviço gera.

O consumidor consciente se “obriga” a pensar e a refletir antes de executar uma compra. Ao fazer isso, ele avalia, com clareza e objetividade, se aquela compra é uma necessidade ou um desejo, e também evita armadilhas de compras por impulso.

Consumidores conscientes evitam comprar aquilo de que não precisam.

O consumidor consciente também avalia a sua capacidade financeira para saber se aquela compra está condizente com o seu orçamento e as suas possibilidades. O consumidor consciente avalia se aquele dinheiro gasto poderia ser empregado em algo melhor e evita se endividar, especialmente se for para adquirir itens que se enquadrem como “desejos” e não “necessidades”.

Por fim, o consumidor consciente leva em conta os impactos socioambientais de seu consumo. Considera fatores como a origem daquilo que será consumido, se o fornecedor adota práticas socialmente responsáveis e que tipo de consequência aquele consumo pode causar ao meio ambiente.

RECOMENDAÇÕES PARA CONSUMIR MELHOR:

- Planejar as compras antes de sair de casa – Evitar tomar decisões no local da compra;
- Evitar o endividamento, especialmente com itens que são “desejos” e não “necessidades”;
- Avaliar criticamente a publicidade e a propaganda. Às vezes, não se quer exatamente adquirir um produto, e sim uma “imagem” ou estilo de vida associado àquele produto;
- Avaliar criticamente ofertas e promoções, para saber se há, de fato, alguma vantagem real;
- Evitar desenvolver dependência ou vínculo emocional com marcas e fabricantes;
- Comparar produtos e pesquisar preços, procurando adquirir sempre os produtos mais adequados e pelas melhores condições.



» CRÉDITO

CRÉDITO: UMA FERRAMENTA FINANCEIRA

A função do crédito, em um contexto de finanças pessoais, é permitir às pessoas antecipar decisões de consumo quando não têm os recursos financeiros disponíveis imediatamente.

Sem o apoio do crédito, as pessoas precisam esperar ter todo o dinheiro disponível para executar uma decisão de consumo. O crédito permite à pessoa adquirir produtos, serviços e realizar transações financeiras, antes de ter o dinheiro disponível. Em troca dessa “antecipação”, o consumidor remunera o credor com juros.

O crédito, assim como qualquer outra ferramenta, não é algo inerentemente “bom” ou “ruim”. Tudo depende do uso que se faz dele. Algumas pessoas têm necessidades de adquirir, por exemplo, bens de grande valor e não podem esperar pela acumulação do dinheiro, pois retardar a decisão de consumo pode trazer impactos negativos à qualidade de vida.

Um exemplo: uma geladeira. Uma geladeira é um item de valor relativamente alto para a maioria das pessoas, e poucos

lares modernos podem prescindir de uma. Se a geladeira de uma família quebrar e o reparo for inviável (ou antieconômico), será preciso adquirir uma nova. Assumindo que a família não tenha os recursos para comprar a geladeira à vista, precisará apelar para o crédito (um financiamento).

Naturalmente, a família pode optar por ficar sem geladeira e esperar acumular todo o dinheiro para comprá-la à vista, mas a inconveniência e os impactos negativos à qualidade de vida que esta decisão traria seriam, muito provavelmente, algo mais custoso do que os juros de um financiamento.

É um exemplo de uso razoável, coerente e aceitável do crédito. O problema é quando as pessoas passam a utilizar o crédito de forma excessiva e desnecessária, assumindo grandes dívidas com custos financeiros pesados.

Em situações desse tipo, uma pessoa pode se tornar cronicamente endividada ou mesmo insolvente, e precisará enfrentar uma série de situações desagradáveis.

A DIFERENÇA ENTRE “EMPRÉSTIMO” E “FINANCIAMENTO”

O empréstimo é um tipo de crédito em que o dinheiro não tem uma destinação específica. A pessoa que toma um empréstimo recebe, em suas mãos, uma determinada quantia de dinheiro e pode usá-la livremente. Sua única obrigação é devolver o valor emprestado (“principal”) e os juros nos prazos acordados.

Financiamento é uma modalidade de crédito em que o dinheiro está vinculado a um uso específico. Por exemplo, o financiamento de um eletrodoméstico ou de um imóvel.

Quando um consumidor adquire um eletrodoméstico financiado, alguém (usualmente uma instituição financeira) está “emprestando” aquele dinheiro para o consumidor fazer sua compra. Porém, o dinheiro sequer passa pelas mãos do consumidor – não há como ele utilizar aquele dinheiro para outra finalidade que não aquela que é objeto do financiamento.

OS JUROS

Empréstimos e financiamentos têm juros. Juros são o “aluguel” do dinheiro – aquilo que se paga para usar um dinheiro que pertence a outra pessoa ou instituição.

Por convenção, os juros são expressos em termos percentuais e por períodos de tempo. Assim, podemos dizer que os juros são “ao dia”, “ao mês”, “ao ano” etc.

Na maioria das economias desenvolvidas, as taxas de juros são expressas em termos anuais. No Brasil, por conta de nossas altas taxas de juros e de nosso histórico inflacionário, é comum utilizar taxas mensais, especialmente quando se trata de crédito ao consumo.

Um erro comum, que muitas pessoas cometem, é não considerar o efeito exponencial dos juros, os chamados “juros compostos” ou “juros sobre juros”.

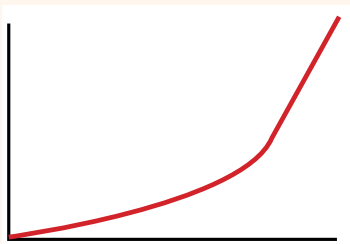
Uma taxa de juros de 5% ao mês não equivale a 60% ao ano (5% vezes 12 meses), mas sim a 79,6%.

Isso acontece porque, a cada mês, os juros incorridos se somam ao valor devido e, no mês seguinte, o montante sobre o qual os juros são calculados é maior, como no exemplo a seguir:

Não é comum se pagar os juros de um empréstimo periodicamente, e sim no vencimento final. Por isso, eles vão se somando ao montante e se acumulam.

Por conta deste efeito, o valor dos juros aumenta de forma exponencial com o tempo.

Mês	Taxa ao mês	Juros	Valor devido R\$
0			1.000,00
1	5,00%	50,00	1.050,00
2	5,00%	52,50	1.102,50
3	5,00%	55,13	1.157,63
4	5,00%	57,88	1.215,51
5	5,00%	60,78	1.276,28
6	5,00%	63,81	1.340,10
7	5,00%	67,00	1.407,10
8	5,00%	70,36	1.477,46
9	5,00%	73,87	1.551,33
10	5,00%	77,57	1.628,89
11	5,00%	81,44	1.710,34
12	5,00%	85,52	1.795,86



No exemplo mencionado, uma dívida de mil reais, com juros de 5% ao mês, viraria uma dívida de um milhão de reais em pouco menos de 24 anos.

O que define os juros em uma operação de crédito

Existem inúmeras modalidades de crédito no mercado, com diferentes características e diferentes taxas de juros.

Vários fatores influenciam o valor dos juros, mas podem-se destacar cinco deles:

- O custo de captação das instituições financeiras:

É a taxa de juros que os bancos e as instituições financeiras pagam àqueles que depositam dinheiro. Esse dinheiro será, posteriormente, emprestado para pessoas que precisam de empréstimos e financiamentos a uma taxa de juros maior que a taxa de captação. Quanto mais alto for o custo de captação, maiores serão os juros para os tomadores de empréstimos e financiamentos.

- A inflação:

Quando a instituição financeira empresta dinheiro, ela levará um tempo até receber esse dinheiro de volta. Nesse período, a inflação pode fazer com que essa quantia devida perca valor em termos reais.

A instituição financeira procura “compensar” a inflação esperada no período através dos juros. Quanto maior a inflação (ou a expectativa de inflação), mais altos serão os juros.

- Restrições das autoridades monetárias:

É o caso dos chamados “depósitos compulsórios”, uma parcela do dinheiro captado pelas instituições financeiras

que, por determinação do Banco Central e outras autoridades, não pode ser repassada a clientes como empréstimos e financiamentos.

Quanto maior a parcela de depósito compulsório, mais altas serão as taxas de juros.

- O Risco da operação:

Operações de prazo maior são mais arriscadas que aquelas de prazo menor. A possibilidade de um "evento ruim" acontecer em dez anos é significativamente maior do que em um ano.

Além do prazo, há também o risco do devedor. Alguns devedores são considerados de maior risco, seja por terem uma capacidade financeira mais limitada ou por já terem um histórico de crédito ruim.

Existe, ainda, a questão das garantias. Alguns empréstimos e financiamentos têm garantias melhores, que dão maior segurança ao credor. Especificamente no caso de financiamentos, é comum que o próprio bem financiado seja dado como garantia da operação financeira.

Como regra geral, prazos maiores, garantias mais frágeis (ou ausência de garantias) e incertezas sobre a capacidade

de pagamento do devedor aumentam o risco, fazendo com que os juros sejam mais altos para compensar.

- O mercado:

Os juros das operações de crédito são fortemente influenciados pela oferta e pela demanda. Quando as pessoas se mostram dispostas a pagar mais caro pelas operações de crédito, as instituições financeiras têm um incentivo para praticar juros mais altos.

- "Endividamento bom" versus "endividamento ruim":

De forma geral, se considera que o endividamento é algo positivo quando gera um valor maior do que a dívida que foi tomada.

É o caso de empresas, que usam o crédito para diminuir o custo de capital e fazer "alavancagem", aumentando a rentabilidade de suas operações.

No mundo das finanças pessoais, são raríssimas as circunstâncias em que se consegue utilizar o crédito para gerar um valor maior. Algumas pessoas mencionam, como exemplo de "endividamento bom", em um contexto de finanças pessoais, o crédito estudantil e o financiamento imobiliário.

Esta visão é baseada no argumento de que, quando uma pessoa se endivida para estudar e se qualificar profissionalmente, ela terá um aumento de renda no futuro, que a permitirá pagar a dívida, seus custos e ainda gerar dinheiro em excesso, possibilitando um aumento geral do padrão de vida. Ou seja, a dívida “compensa”.

No caso do financiamento imobiliário, o argumento é baseado na presunção comum de que “imóveis sempre se valorizam no longo prazo”. Por este raciocínio, a operação de crédito (financiamento imobiliário) gerará um valor maior do que aquele que foi originalmente financiado.

Do ponto de vista lógico, o raciocínio é perfeito. Porém as premissas por trás dele são discutíveis. Imóveis podem passar longos períodos sofrendo desvalorização, nominal ou real (valorizando-se abaixo da taxa de inflação). No caso do financiamento estudantil, não há nenhuma garantia de que a pessoa conseguirá um bom emprego após concluir um curso.

Quando se trata de endividamento pessoal, sempre se recomenda uma dose adicional de cautela e conservadorismo. É possível até mesmo argumentar que o “endividamento bom”, num contexto de finanças pessoais, é, na maior parte das

vezes, um mito.

Recomendações sobre crédito e endividamento

- O endividamento, em si, não é um problema. Ele é uma consequência do desequilíbrio financeiro. Para “sair das dívidas”, uma pessoa deve, antes de qualquer coisa, localizar e sanar as causas do desequilíbrio financeiro;

- O crédito deve ser utilizado de forma criteriosa no contexto das finanças pessoais. Grande parte das angústias financeiras das pessoas físicas está associada ao endividamento. E o conceito de “endividamento bom”, no mundo das finanças pessoais, é altamente questionável;

- Os diferentes tipos de crédito têm custos e características distintas. É preciso saber qual a melhor ferramenta para cada necessidade. Utilizar uma linha de crédito de alto custo, mais adequada para fins emergenciais (como o limite rotativo do cartão de crédito ou o cheque especial), para finalidades supérfluas e pouco relevantes é “perder dinheiro”;

- É possível reduzir o custo geral e alongar o prazo do endividamento, buscando fontes de crédito mais baratas (com juros menores e prazos maiores), para liquidar outras dívidas mais caras.

» PLANEJAMENTO FINANCEIRO

INTRODUÇÃO

O planejamento financeiro diz respeito à “organização geral” das finanças, controle e conhecimento do fluxo financeiro (entradas e saídas de dinheiro), e alinhamento dos recursos financeiros com os objetivos e as aspirações de vida do indivíduo ou família.

Existem quatro conceitos fundamentais para o entendimento e o desenvolvimento do planejamento financeiro, que são:

- O patrimônio
- As receitas
- As despesas
- O fluxo de caixa

Importante ressaltar que, no contexto das finanças pessoais, nem sempre as definições de patrimônio, receitas e despesas coincidirão com aquelas definições utilizadas nas ciências contábeis.

PATRIMÔNIO

“Patrimônio” representa aquilo que a família ou indivíduo possui. É o resultado

da soma dos ativos e passivos.

Como ativos se pode considerar qualquer coisa que tenha um valor de mercado e/ou que gere renda, como imóveis, investimentos, veículos entre outros. Passivos são as dívidas. O resultado dos ativos menos os passivos é o patrimônio



líquido. O patrimônio líquido pode, além de tudo, ser negativo, quando as dívidas são maiores do que os ativos.

Um indivíduo com alto patrimônio tem, a rigor, uma “saúde financeira” melhor, pois consegue viver por mais tempo em caso de diminuição ou cessação de renda.

RECEITAS

Representam as entradas de dinheiro do indivíduo ou família. Podem ser aquilo que se obtém da atividade profissional (salários, comissões, pro-labore etc), rendas oriundas dos ativos (como aluguéis recebidos, juros de investimentos, dividendos, lucro de empresas das quais se é sócio etc.) ou outros tipos de renda.

DESPESAS

É o dinheiro que é gasto – as “saídas” de dinheiro. No contexto das finanças pessoais, não é incomum se adotar uma definição de despesa mais ampla do que na contabilidade.

Em finanças pessoais, é usual chamar de “despesa” qualquer saída de dinheiro, inclusive amortizações de dívidas.

Usualmente, se classificam as despesas entre “fixas” e “variáveis”.

Despesas fixas:

São aquelas que sempre ocorrem em determinado período (mensal, semestral, anual etc) e costumam ter o mesmo valor.

Em geral, as despesas fixas são despesas contratuais por determinado serviço, que devem ser pagas independentemente do uso ou consumo daquele serviço.

Um exemplo de despesa fixa é a mensalidade escolar. Não se paga um valor menor quando se falta à escola, argumentando que “não se usufruiu do serviço”. Outro exemplo é o aluguel de um imóvel, que deve ser pago independentemente de sua utilização.

Despesas variáveis:

São despesas que, como o nome sugere, sofrem variações em cada período. São despesas associadas ao consumo de algo. Quando o consumo é maior, paga-se mais. Quando é menor, paga-se menos.

Um exemplo de despesa variável é a energia. Pagamos pela energia que consumimos. Se uma família optar por um grande corte no consumo de energia, o valor da conta cairá de forma correspondente.



FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa é, basicamente, a ordem na qual as entradas e saídas de dinheiro acontecem. Para que se consiga realizar pagamentos e transações financeiras, é importante que o dinheiro entre antes e esteja disponível para ser utilizado.

Quando as despesas têm que ser pagas antes da entrada dos recursos, é preciso recorrer ao crédito ou utilizar o patrimônio para dar cabo dessas obrigações financeiras.

A importância de utilizar ferramentas financeiras

Para fazer um bom planejamento financeiro, é importante e recomendável que se utilize alguma ferramenta para registro e análise dos eventos financeiros.

Talvez a mais popular das ferramentas de planejamento financeiro seja a planilha, que pode ser eletrônica ou física.

Uma planilha financeira típica começa com uma lista das receitas, seguida de uma totalização. A seguir se repete o processo com as despesas.

Para facilitar a visualização e controle, é comum agrupar os eventos financeiros em “contas”, que dizem, de forma geral, qual foi a origem ou a destinação daqueles valores. Contas comuns em planilhas financeiras são: alimentação, transporte, utilidades (água, energia etc.), lazer entre outras.

Em geral, a planilha mostra a movimentação ao longo de um ano, dividida em meses e com uma coluna de “total” no final. Em cada mês, se faz a totalização das receitas, das despesas e se apura a diferença (saldo), para saber se o resultado do mês foi positivo (sobrou dinheiro) ou negativo (se faltou).

A seguir, um exemplo de uma planilha financeira típica.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Novembro	Dezembro	TOTAL
Receitas							
Salário líquido	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
Total Receitas	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
Despesas							
Habitação	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	7.800,00
Alimentação	520,00	495,00	518,00	525,00	536,00	6.452,00
Saúde/Higiene	150,00	162,00	155,00	172,00	164,00	1.907,00
Lazer	221,00	243,00	185,00	231,00	235,00	2.493,00
Vestuário	140,00	125,00	0,00	0,00	225,00	956,00
Transporte	282,00	310,00	295,00	324,00	330,00	3.638,00
Outras	325,00	412,00	380,00	420,00	250,00	4.335,00
Total Despesas	2.288,00	2.397,00	2.183,00	2.322,00	2.390,00	27.581,00
Saldo	212,00	103,00	317,00	178,00	110,00	2.419,00

Em uma planilha como essa, o usuário insere seus dados financeiros (receitas e despesas) consolidados por grupo de contas. É possível discriminar cada conta e cada transação individualmente, mas isso torna a planilha muito grande e pouco prática. Por isso, se recomenda registrar por grupos.

Este modelo de planilha permite fazer vários tipos de análises. É possível comparar o mesmo grupo de despesas em determinados meses (para identificar desvios). É possível aferir quanto determinada conta representa do total das despesas ou receitas (novamente, em busca de algum desvio ou desequilíbrio). Também é possível desenvolver diversos indicadores e análises personalizadas, de acordo com as necessidades e objetivos do usuário.

Quando se utiliza uma planilha ou outra ferramenta de registro, a pessoa começa a desenvolver uma sensibilidade maior à sua própria dinâmica financeira e acaba, invariavelmente, tornando-se mais consciente de seus gastos.

COMO COLOCAR A VIDA FINANCEIRA “EM ORDEM”

O uso de uma planilha, ou de alguma outra ferramenta de registro financeiro, é fundamental para a pessoa que está com a vida financeira descontrolada e precisa se organizar.

Como já foi dito anteriormente, ter dívidas e uma situação financeira frágil não é o verdadeiro problema. Endividamento e

fragilidade financeira são consequências do desequilíbrio financeiro.

A planilha (ou outra ferramenta) ajuda a identificar as origens desse desequilíbrio e fornece *insights* importantes sobre como resolvê-lo. A planilha informa, com clareza e objetividade, onde se está gastando demais (ou ganhando de menos).

REEQUILIBRANDO AS CONTAS

Uma vez que se consiga identificar as fontes do desequilíbrio, a pessoa deve fazer as análises necessárias e tomar as decisões para saná-lo.

Como regra geral, reequilibrar as contas é uma questão puramente matemática e de simples entendimento (mas nem sempre de execução fácil). Pessoas se tornam financeiramente desequilibradas, pois, pelos mais diversos motivos, gastam mais dinheiro do que ganham.

O que precisa ser feito é igualar as despesas às receitas, de forma a trazer a vida financeira para uma situação de equilíbrio e, posteriormente, tentar criar um desequilíbrio positivo, onde os ganhos sejam maiores que os gastos (e, consequentemente, sobre dinheiro).

Só há dois caminhos possíveis: aumentar

os ganhos ou cortar os gastos (ou, então, uma combinação dessas duas coisas).

AUMENTANDO A RENDA

Aumentar a renda (ou as receitas) é um caminho para reequilibrar as contas. Aumenta-se a renda, mantém-se o padrão de gastos constante e atinge-se o equilíbrio.

O problema é que, muito raramente, as pessoas conseguem aumentar sua renda apenas por um gesto de vontade. O aumento de renda é possível e deve ser perseguido, porém, normalmente, é algo que se consegue no longo prazo, como fruto do desenvolvimento profissional e patrimonial.

Poucas pessoas conseguem aumentar a própria renda rapidamente. Por isso, quando há uma necessidade de se reequilibrar as contas no curto prazo, buscar o aumento de renda não costuma ser o melhor caminho.

REDUZINDO DESPESAS

Quando se precisa reequilibrar as contas rapidamente, a redução de despesas é um caminho mais viável pois, diferentemente

das receitas, sobre as despesas conseguimos ter algum controle.

É possível, com um pouco de análise e com algum sacrifício, diminuir despesas de forma imediata, colocando as contas em uma situação melhor no curtíssimo prazo.

Já se sabe que temos despesas fixas e variáveis. Por onde começar?

Algumas despesas fixas são reguladas por contratos ou, por suas características, não podem ser alteradas rapidamente. Um exemplo é o aluguel de um imóvel (quando se vive em um imóvel alugado). É possível mudar para um imóvel mais barato, fazendo sobrar dinheiro. Porém, uma mudança costuma levar algum tempo e envolve outras despesas no processo. Uma mudança de imóvel raramente é uma decisão que pode ser executada de forma imediata.

Nas despesas variáveis, as pessoas costumam ter um pouco mais de controle e os efeitos podem ser sentidos mais rapidamente. Quando um indivíduo ou família identifica que o grupo “alimentação” é o maior responsável pelo desequilíbrio financeiro, é possível tomar várias medidas para reduzir os gastos, como procurar produtos substitutos mais baratos, evitar refeições fora de casa e identificar focos de desperdício.

Quando é necessário reequilibrar as contas, cortar despesas é o caminho mais rápido, e as despesas variáveis são as primeiras que devem ser analisadas, em busca de oportunidades de redução de gastos.

O ORÇAMENTO

O orçamento é uma parte do planejamento financeiro que diz respeito ao futuro. As ferramentas apresentadas até o momento dizem respeito, majoritariamente, ao passado (registros de recebimentos e gastos) e ao presente (tomada de decisões e alterações nos padrões de gastos).

“Orçar” é utilizar as ferramentas e conceitos de planejamento financeiro para tentar projetar o futuro.

Sabemos que é impossível prever o futuro, e que a Humanidade já tentou, ao longo de gerações, diversas formas de tentar antevê-lo e diminuir incertezas. De todas as formas de se tentar prever o futuro, a que parece mais confiável é olhar para o passado, e presumir que o futuro deve estar apoiado naquilo que aconteceu no passado e acontece no presente.

Sabendo que não se pode prever o futuro (apenas fazer estimativas baseadas nas informações que temos do passado e do presente), assumimos que o orçamento não é, e nem pretende ser, um retrato fiel

do que vai acontecer no futuro, e sim uma ferramenta para orientação de nossas atitudes, para tentarmos chegar a um resultado desejável.

Para fazer um orçamento financeiro, utiliza-se a mesma ferramenta básica de planejamento financeiro (a planilha, por exemplo).

Porém, em vez de se colocar dados históricos, colocam-se os dados esperados para o período que será orçado.

Na planilha utilizada anteriormente como exemplo, podemos observar que as despesas com alimentação oscilam mensalmente, mas mantêm uma ordem de grandeza de aproximadamente 500 a

550 reais por mês.

Considerando que nenhuma anomalia aconteça no período a ser orçado (como a chegada de um novo integrante na família ou uma aceleração da inflação), faz sentido estimar que, ao longo do ano seguinte, as despesas com alimentação deverão ficar próximas disso. Por esse prisma, é bastante razoável estimar, para o ano seguinte, algo entre 550 e 600 reais por mês (o que daria até uma certa margem para pequenos desvios).

A seguir, uma planilha de orçamento baseada no exemplo dado:

Analisando o orçamento

	Janeiro	Fevereiro	Março	Novembro	Dezembro	TOTAL
Receitas							
Salário líquido	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
Total Receitas	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
Despesas							
Habitação	650,00	650,00	650,00	650,00	650,00	7.800,00
Alimentação	600,00	600,00	600,00	600,00	600,00	7.200,00
Saúde/Higiene	165,00	165,00	165,00	165,00	165,00	1.980,00
Lazer	230,00	230,00	230,00	230,00	230,00	2.760,00
Vestúário	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	1.200,00
Transporte	310,00	310,00	310,00	310,00	310,00	3.720,00
Outras	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00	4.800,00
Total Despesas	2.455,00	2.455,00	2.455,00	2.455,00	2.455,00	29.460,00
Saldo	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00	540,00

O orçamento deve ser usado em conjunto com o registro das informações financeiras. À medida que o tempo vai passando, é possível fazer vários tipos de análise, sendo que a melhor delas é, simplesmente, comparar o valor orçado para o período com aquilo que foi efetivamente realizado.

Grandes desvios entre o que foi realizado e aquilo que foi orçado podem revelar várias coisas, como uma falta de disciplina e consistência para manter os gastos em certo nível. O desvio também pode indicar falhas no próprio orçamento, como uma estimativa excessivamente otimista ou pessimista. Também pode indicar questões de natureza econômica, como a inflação, que pode estar elevando os valores gastos sem que haja um aumento correspondente na aquisição de produtos e serviços.

Esses desvios servem para orientar as decisões financeiras e assegurar que aquele indivíduo ou família se mantenha no rumo, sem “tombar” para uma situação de desequilíbrio financeiro.

Um grande desafio: estimar as receitas

Orçar despesas é relativamente fácil quando se tem as informações financeiras do passado. Se não houver nenhuma alteração estrutural no estilo de vida, a tendência é que elas se mantenham em níveis similares no futuro.

A mesma coisa se pode dizer sobre a receita, quando a pessoa tem uma renda estável e previsível, como um salário mensal.

Mas e quando a pessoa tem uma renda irregular, que é o caso de empresários, profissionais liberais e profissionais comissionados?

Pessoas com renda irregular devem ser particularmente conservadoras e comedidas ao estimarem sua própria renda. É tentador orçar a renda com base nos períodos em que os negócios vão bem, mas isso pode se revelar irrealista no futuro e levar a pessoa a uma situação de desequilíbrio financeiro.

Uma sugestão é que pessoas nesta situação façam uma apuração de sua renda nos últimos doze meses, selecionem os três meses de renda mais baixa e façam uma média. Essa média deve ser utilizada para fazer o orçamento como estimativa de receita.

Quando se faz isso, a renda orçada pode acabar se revelando significativamente menor do que a real, no futuro.

Porém, quando se fala de estimar o dinheiro recebido, vale a convenção do conservadorismo. É melhor errar “para menos” do que “para mais”.

» INVESTIMENTOS

INTRODUÇÃO

No mundo das finanças pessoais, muito se fala da importância do “equilíbrio financeiro”. De fato, é importante equilibrar as contas (especialmente quando se está em uma situação de endividamento), mas viver numa situação de perfeito equilíbrio financeiro (onde o valor que se ganha é o mesmo que se gasta) não é desejável nem recomendável.

Indivíduos e famílias devem almejar uma situação em que haja um desequilíbrio pendendo para o lado positivo, onde sobra dinheiro.

Sobra de dinheiro é extremamente desejável, pois permite que as pessoas tenham reservas financeiras (importante

para períodos difíceis) e acumulem dinheiro para realizar sonhos e planos.

“Investir”, num contexto de finanças, significa empregar o dinheiro de forma a obter lucro. Uma outra forma de definir investimento é dizendo que se trata de um sacrifício do consumo no momento presente, na expectativa de que se tenha ainda mais dinheiro no futuro. É, enfim, “fazer o dinheiro crescer”.

As “famílias” de investimentos

Os investimentos são classificados em dois grupos, ou “famílias”, que são a “renda fixa” e a “renda variável”.



Os investimentos de renda fixa

A característica marcante de um investimento de renda fixa é a existência dos juros. Qualquer investimento que expresse seu retorno na forma de “juros” é um investimento de renda fixa.

Isso acontece porque investimentos de renda fixa são empréstimos (quem investe está emprestando o dinheiro para alguém), e empréstimos são remunerados através de juros.

Os juros, nos investimentos de renda fixa, podem ser “prefixados” ou “pós-fixados”.

Se diz que um investimento tem juros prefixados quando a taxa de juros é expressa nominalmente logo no começo da operação. Por exemplo: 12,5% ao ano.

Quando se fala que um investimento paga 12,5% ao ano, o retorno está definido numericamente, de forma claríssima. O investidor sabe desde o início da operação o valor que irá receber.

Já quando um investimento é pós-fixado, a taxa é definida com base em alguma informação que está no futuro, e só se saberá quais são os juros efetivos no momento em que eles forem pagos. Por exemplo, quando um investimento paga juros vinculados à taxa Selic (taxa de juros “básica” da economia brasileira), não

sabemos, de antemão, qual será o retorno financeiro do investimento. Temos que esperar até o final do prazo da operação para apurar a taxa Selic do período. Só assim saberemos qual o rendimento real do investimento.

Quando se fala dos juros pós-fixados, cujo valor não é conhecido no momento presente (e poderá ser maior ou menor, no futuro), muitas pessoas questionam: “Mas se é assim que funciona, porque se chama de ‘investimento de renda fixa’?”.

Quando se empresta dinheiro para alguém, se faz um acordo (que pode ser contratual ou não) de que o devedor devolverá o dinheiro, em alguma data futura, acrescido dos juros. Pode ser que o devedor não pague o empréstimo (o que é um risco da operação), mas, assumindo que isso não aconteça, o credor receberá o valor emprestado mais os juros combinados, nem um centavo a mais.

O credor sabe que sua renda é “fixa” no sentido de que ele receberá o valor emprestado mais os juros – isto é o que “foi combinado”. Porém, se os juros são pós-fixados, seu valor poderá oscilar no futuro. O valor financeiro não será fixo, mas a taxa de juros (e as características da operação) é fixa.

Os investimentos de renda fixa mais populares

No Brasil, os investimentos de renda fixa mais populares são aqueles em que se empresta dinheiro para uma instituição financeira ou para o governo.

No caso de empréstimos para instituições financeiras, merecem destaque a Caderneta de Poupança e os CDBs (Certificados de Depósito Bancário).

Ao se investir nesses instrumentos, se está emprestando dinheiro para uma instituição financeira, que emprestará esse dinheiro (a juros mais altos) para outros agentes.

Nos últimos anos, os títulos públicos federais (emitidos pelo governo) vêm apresentando crescente popularidade, graças ao programa “Tesouro Direto”, que permite que pequenos investidores emprestem seu dinheiro para o governo.

Existem também títulos de renda fixa emitidos por empresas (que representam empréstimos para empresas que emitem esses títulos), como as “debêntures”. Porém, esse tipo de investimento ainda não é tão popular no Brasil entre pequenos investidores.

Os investimentos de renda variável

Investimentos de renda variável são aqueles que não representam um empréstimo, e sim a propriedade de algo.

Quem investe em renda variável está “comprando” um determinado ativo, na expectativa de que esse ativo se valorize (e possa ser vendido com lucro no futuro) ou que gere renda.

Já vimos que, na família da renda fixa, os ganhos são limitados, pois o investidor não tem como receber mais do que ele emprestou e os juros que foram combinados. Por outro lado, o investidor de renda fixa só perde dinheiro se o devedor deixar de pagar. Já nos investimentos de renda variável não há esse limitador de ganhos. Quando um investidor adquire um ativo, nada impede (ao menos em teoria) que ele se valorize múltiplas vezes.

Imóveis ou ações de empresas (típicos investimentos de renda variável) podem se valorizar indefinidamente. Por outro lado, também podem se desvalorizar e, se o investidor tiver que se desfazer daquele investimento em um momento de baixa nos preços, poderá realizar um prejuízo.

Os investimentos de renda variável mais populares

No Brasil, os investimentos de renda variável mais populares são os imóveis e as ações de empresas de capital aberto, negociadas na bolsa de valores.

São ativos que não rendem juros. Os investidores ganham com a valorização dos ativos (podem vendê-los com lucro) ou com as rendas que eles geram (como aluguéis e dividendos).

OS RISCOS DOS INVESTIMENTOS

Os dois principais riscos dos investimentos são o risco de mercado e o risco de perda.

Risco de mercado é o risco associado à oscilação de preços dos ativos. Sob certas circunstâncias, um investimento pode sofrer desvalorização no mercado e, se o investidor precisar resgatar aquele investimento, poderá acabar realizando um prejuízo.

Já o risco de perda é, como o próprio nome sugere, o risco daquele investimento perder completamente o valor. Um exemplo de risco de perda é quando uma empresa de capital aberto vai à falência, e suas ações passam a valer “zero”. Na renda fixa, o risco de perda é chamado de “risco de crédito” – é o risco de que o devedor

simplesmente não pague (dê “calote”) e o investimento seja irremediavelmente perdido.

Os investimentos de renda variável são mais sujeitos à volatilidade de preços e, conseqüentemente, aos riscos de mercado. O risco de desvalorização é grande, mas, por outro lado, há um potencial de valorização igualmente grande. Já o risco de perda é presente especialmente no caso de ações de empresas. Ocasionalmente, uma empresa pode falir e o investidor fica “a ver navios”.

Na renda fixa, o risco de mercado é menor (tende a afetar apenas aqueles investidores que se desfazem de seus investimentos antes do prazo de vencimento). Já o risco de perda (ou de crédito) costuma ser bastante baixo no caso de investimentos feitos junto a instituições financeiras e ao governo.

Títulos públicos federais contam com aval do Tesouro Nacional e, por conta disso, a possibilidade de sofrer perda investindo nesse tipo de ativo é bastante remota. Investimentos feitos em instituições financeiras contam com garantias de valor limitado. Atualmente, depósitos em instituições financeiras no Brasil são garantidos até o valor de 250 mil reais, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Por conta dessas características, os investimentos de renda variável são tratados, de forma geral, como investimentos de alto risco (mas de grande potencial de valorização). Já os investimentos de renda fixa são considerados investimentos de risco mais baixo (mas com potencial de ganhos limitado).

ANALISANDO OS INVESTIMENTOS

Existem inúmeras formas de se analisar investimentos, mas a mais comum delas é analisar sob a ótica da segurança, da liquidez e do retorno.

A segurança representa o potencial de risco de um investimento. Investimentos menos arriscados são, por definição, mais seguros.

A liquidez é a capacidade de aquele investimento ser convertido, rapidamente, em dinheiro, caso o investidor tenha necessidade de recursos financeiros.

O retorno é o lucro esperado daquele investimento.

Uma característica interessante de todos os investimentos é que nunca se

encontram esses três fatores presentes, simultaneamente, em altos níveis. É possível encontrar, no máximo, duas dessas características presentes em níveis altos.

Por exemplo: Caderneta de Poupança é líquida e segura, mas tem retorno baixo. Ações na bolsa de valores têm alto potencial de retorno e alta liquidez, mas são mais arriscadas. Imóveis podem ser seguros e ter bom potencial de valorização, mas não são líquidos.

Ao tomar a decisão de investir, o investidor precisa saber quais são as características importantes para seus objetivos e de qual delas ele está disposto a “abrir mão”.

OS PERFIS DE INVESTIDOR

Considerando que os investimentos têm características de risco diferentes, e considerando que não existe investimento que seja, ao mesmo tempo, seguro, líquido e de alto retorno, como um investidor pode saber quais são os investimentos mais adequados para si?

A melhor forma de saber quais os investimentos mais adequados para uma pessoa é determinando qual o perfil de

investidor (ou “perfil de risco”) dela.

Existem três perfis básicos:

- Investidor conservador
- Investidor moderado
- Investidor agressivo

O investidor conservador:

É aquele que prioriza a segurança e a liquidez. O investidor conservador concorda em abrir mão de alto potencial de ganhos, mas quer ter a tranquilidade de não ver o valor de seus investimentos oscilando ao sabor do mercado e também quer poder dispor do valor de seu investimento sempre que precisar.

Em geral, investidores conservadores dão preferência a investimentos de renda fixa.

O investidor moderado:

É um investidor que concorda em arriscar um pouco mais, em troca da possibilidade de ter ganhos um pouco maiores.

Os investidores moderados costumam pender mais para o conservadorismo do que para a agressividade, e costumam alocar uma parcela pequena de seu patrimônio em instrumentos mais arriscados, deixando a maior parte em investimentos mais conservadores.

O investidor agressivo:

É aquele que prioriza o retorno. Normalmente, o investidor agressivo é um investidor experiente e com patrimônio razoavelmente grande, que pode investir por prazos mais longos.

O investidor agressivo está consciente dos riscos que corre e, como via de regra, não se “abala” com as oscilações do mercado. Normalmente busca retornos maiores em movimentos de prazos mais longos.

É fundamental que o investidor conheça a si próprio e saiba em qual perfil se enquadra. Investidores agressivos que investem de forma conservadora podem se frustrar e não alcançar seus objetivos. Investidores conservadores que investem de forma agressiva podem ficar angustiados com as oscilações do mercado financeiro e ter impactos negativos em seu patrimônio e em sua qualidade de vida.

Para ter sucesso nos investimentos, conhecer a si próprio é a chave.

» CONCLUSÃO

Gostando ou não, vivemos em uma sociedade dependente do dinheiro. Utilizamos o dinheiro não apenas para trocas e para reserva de valor – o dinheiro acaba sendo, muitas vezes, uma métrica. Medimos o sucesso de empresas, organizações e até de pessoas pela quantidade de dinheiro que possuem ou que geram. Sem dinheiro, a vida se torna precária e limitada.

Os desafios financeiros das pessoas, particularmente aqueles associados à falta de dinheiro, são grandes responsáveis não só pelo endividamento, mas, também, de forma direta ou indireta, por estresse, problemas de saúde, problemas familiares, conflitos e perda de produtividade em empresas e organizações.

A educação financeira, um tema que vem se tornando cada vez mais presente, é uma importante ferramenta, que ajuda as pessoas a gerenciar melhor seus próprios recursos e a tomar melhores decisões. Através da educação financeira, as pessoas podem desenvolver um grau de autonomia que as permite viver de forma mais digna, com melhor qualidade e, enfim, serem mais livres.

Nos últimos anos, incontáveis iniciativas de educação financeira vêm sendo lançadas, em nível mundial. Essas iniciativas vêm das mais diversas esferas, como a governamental, a acadêmica, a empresarial, além de inúmeras iniciativas particulares.

Esta publicação é mais uma contribuição ao grande esforço de educação financeira, de mostrar às pessoas que é possível se relacionar melhor com o dinheiro e extrair dele maior valor.

Ser financeiramente educado é mais do que simplesmente “entender de dinheiro”. É saber tomar melhores decisões e utilizar os recursos financeiros de forma a maximizar seus benefícios para si mesmo, para sua família e para a sociedade como um todo.

É, enfim, ser um cidadão melhor.

» SOBRE O AUTOR

André Massaro é Administrador registrado no CRA-SP, sob o número 71.542, com mais de 20 anos de experiência profissional.

É autor, consultor, palestrante e professor de temas de finanças, investimentos e negócios.

Autor dos livros “MoneyFit” (Matrix Editora), “Por dentro da bolsa de valores” (Matrix Editora) e “Dinheiro é um santo remédio” (Editora Gente).

Autor do “Guia de Educação Financeira no Ambiente de Trabalho”.

Autor do blog “Você e o Dinheiro” e apresentador do canal “Seu Dinheiro na TV”, ambos do Portal EXAME (Editora Abril).

Consultor de finanças da Rádio Jovem Pan.

Professor do Instituto Educacional BM&FBOVESPA.

www.andremassaro.com.br

CONSELHOS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO (CRAs)

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ACRE (CRA-AC)

Presidente: Adm. Fábio Mendes Macedo

Av. Brasil nº 303, sala 201, 2º andar – Centro Empresarial Rio Branco – Centro.

CEP 69900-191 – RIO BRANCO/AC

Fone: (68) 3224-3365 / 3223-3808 / 2102-0879

E-mail: craacre@gmail.com Home Page: www.craacre.org.br

Horário de funcionamento: das 8h às 18h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ALAGOAS (CRA-AL)

Presidente: Adm. Carolina Ferreira Simon Maia

Rua João Nogueira, 51 – Farol. CEP 57021-400 – MACEIÓ/AL

Fone: (82) 3221-2481 Celular: (82) 8829-9321

Fax: (82) 3221-2481

E-mail: cra@craal.org.br Home Page: www.craal.org.br

Horário de funcionamento: das 8h às 17h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO AMAPÁ (CRA-AP)

Presidente: Adm. Sheila Trícia Guedes Pastana

Rua Jovino Dinoá, 2.455 – Centro. CEP 68900-075 – MACAPÁ/AP

Fone: (96) 3223-8602

E-mail: cra.macapa@gmail.com Home Page: craap.org.br

Horário de funcionamento: das 8h às 17h / Atendimento ao Público: das 9h às 12h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO AMAZONAS (CRA-AM)

Presidente: Adm. Antonio Jorge Cunha Campos
Rua Apurinã, 71 – Praça 14. CEP 69020-170 – MANAUS/AM
Fone: (92) 3303-7100 Fax: (92) 3303-7101
E-mail: conselho@craamazonas.org.br
Home Page: www.craamazonas.org.br
Horário de funcionamento: das 8h às 17h30

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA)

Presidente: Adm. Roberto Ibrahim Uehbe
Av. Tancredo Neves, 999 – Ed. Metropolitano Alfa, salas 601/602 – Caminho das Árvores. CEP 41820-021 – SALVADOR/BA
Fone: (71) 3311-2583 Fax: (71) 3311-2573
E-mail: cra-ba@cra-ba.org.br Home Page: www.cra-ba.org.br
Horário de funcionamento: das 9h às 17h30

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ (CRA-CE)

Presidente: Adm. Leonardo José Macedo
Rua Dona Leopoldina, 935 – Centro. CEP 60110-001 – FORTALEZA/CE
Fone: (85) 3421-0909 Fax: (85) 3421-0900
E-mail: presidente@craceara.org.br Home Page: www.craceara.org.br
Horário de funcionamento: das 9h às 17h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (CRA-DF)

Presidente: Adm. Mônica Cova Gama
SAUS, Quadra 6 – 2º Pav. – Conj. 201, Ed. Belvedere.
CEP 70070-915 – BRASÍLIA/DF
Fone: (61) 4009-3333 Fax: (61) 4009-3399
E-mail: presidencia@cradf.org.br Home Page: <http://www.cradf.org.br>
Horário de funcionamento: das 9h às 17h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PARANÁ (CRA-PR)

Presidente: Adm. Gilberto Serpa Griebeler

Rua Cel. Dulcídio, 1.565, Água Verde. CEP 80250-100 – CURITIBA/PR

Fone: (41) 3311-5555 Fax: (41) 3311-5566

E-mail: presidencia@cra-pr.org.br Home Page: www.cra-pr.org.br

Horário de funcionamento: das 9h às 18h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PERNAMBUCO (CRA-PE)

Presidente: Adm. Robert Frederic Moccock

Rua Marconilo Pedrosa, 20 – Casa Amarela. CEP 52051-330 – RECIFE/PE

Fone: (81) 3268-4414 / 3441-4196 Fax: (81) 3268-4414

E-mail: cra@crape.org.br Home Page: www.crape.org.br

Horário de funcionamento: das 8h às 14h / Atendimento ao Público: das 8h às 12h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO PIAUÍ (CRA-PI)

Presidente: Adm. Pedro Alencar Carvalho Silva

Rua Áurea Freire, 1.349, Jóquei. CEP 64049-160 – TERESINA/PI

Fone: (86) 3233-1704 Fax: (86) 3233-1704

E-mail: administrativo@cra-pi.org.br Home Page: www.cra-pi.org.br

Horário de funcionamento: das 12h às 19h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (CRA-RJ)

Presidente: Adm. Wagner Siqueira

Rua Professor Gabizo, 197 – Ed. Belmiro Siqueira, Tijuca

CEP 20271-064 – RIO DE JANEIRO/RJ

Fone: (21) 3872-9550 Fax: (21) 3872-9550

E-mail: secretaria@cra-rj.org.br Home Page: www.cra-rj.org.br

Horário de funcionamento: das 9h às 18h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE (CRA-RN)

Presidente: Adm. Kate Cunha Maciel

Rua Coronel Auriz Coelho, 471 – Lagoa Nova. CEP 59075-050 – NATAL/RN

Fone: (84) 3234-6672 / 9328 Fax: (84) 3234-6672 / 9328

E-mail: cra-rn@crarn.com.br Home Page: www.crarn.com.br

Horário de funcionamento: das 12h às 18h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (CRA-RS)

Presidente: Adm. Valter Luiz de Lemos

Rua Marçílio Dias, 1.030, Menino Deus. CEP 90130-000 – PORTO ALEGRE/RS

Fone: (51) 3014-4700 / 3014-4769 Fax: (51) 3233-3006

E-mail: diretoria@crars.org.br; secretaria@crars.org.br Home Page: www.crars.org.br

Horário de funcionamento: das 8h30 às 17h30

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RONDÔNIA (CRA-RO)

Presidente: Adm. André Luis Saoncela da Costa

Rua Tenreiro Aranha, 2.988, Olaria. CEP 76801-254 – PORTO VELHO/RO

Fone: (69) 3221-5099 / 3224-1706 Fax: (69) 3221-2314

E-mail: presidencia@craro.org.br Home Page: www.craro.org.br

Horário de funcionamento: das 8h às 17h / Atendimento ao Público: das 8h às 14h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE RORAIMA (CRA-RR)

Presidente: Adm. Ubirajara Riz Rodrigues

Rua Prof. Agnelo Bitencourt, 1.620, São Francisco. CEP 69305-170 – BOA VISTA/RR

Fone: (95) 3624-1448 Fax: (95) 3624-1448

E-mail: craroraima@gmail.com Home Page: www.crarr.org.br

Horário de funcionamento: das 7h30 às 18h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA (CRA-SC)

Presidente: Adm. Evandro Fortunato Linhares

Av. Prof. Osmar Cunha, 260 – 7º e 8º andares – Ed. Royal Business Center, Centro.
CEP 88015-100 – FLORIANÓPOLIS/SC

Fone: (48) 3229-9400 Fax: (48) 3224-0550

E-mail: crasc@crasc.org.br Home Page: www.crasc.org.br

Horário de funcionamento: das 8h às 18h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO (CRA-SP)

Presidente: Adm. Roberto Carvalho Cardoso

Rua Estados Unidos, 865/889, Jardim América. CEP 01427-001 – SÃO PAULO/SP

Fone: (11) 3087-3208 / 3087-3459 Fax: (11) 3087-3256

E-mail: secretaria@crasp.gov.br Home Page: www.crasp.com.br

Horário de funcionamento: das 8h às 17h30 / Atendimento ao Público: das 9h às 17h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE (CRA-SE)

Presidente: Adm. Carlos Menezes Calasans Eloy dos Santos Filho

Rua Senador Rollemberg, 513, São José. CEP 49015-120 – ARACAJU/SE

Fone: (79) 3214-2229 / 3214-3983 Fax: (79) 3214-3983 / 3214-2229

E-mail: presidencia@crase.org.br; assessoria@crase.org.br; atendimento@crase.org.br

Home Page: www.crase.org.br

Horário de funcionamento: das 8h às 14h

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE TOCANTINS (CRA-TO)

Presidente: Adm. Eugênio Pacceli de Freitas Coelho

602 Norte, Av. Teotônio Segurado, Cj 1 Lote 6. CEP 77006-700 – PALMAS/TO

Fone: (63) 3215-1240 / 3215-8414

E-mail: atendimento@crato.org.br Home Page: www.crato.org.br

Horário de funcionamento: das 8h às 18h

CONSELHEIROS FEDERAIS EFETIVOS DO CFA (BIÊNIO 2015/2016)

Adm. Marcos Clay Lucio da Silva – CRA-AC
Adm. Armando Lôbo Pereira Gomes – CRA-AL
Adm. José Celeste Pinheiro – CRA-AP
Adm. José Carlos de Sá Colares – CRA-AM
Adm. Tânia Maria da Cunha Dias – CRA-BA
Adm. Ilailson Silveira de Araújo – CRA-CE
Adm. Carlos Alberto Ferreira Junior – CRA-DF
Adm. Marly de Lurdes Uliana – CRA-ES
Adm. Dionizio Rodrigues Neves – CRA-GO
Adm. José Samuel de Miranda Melo Júnior – CRA-MA
Adm. Alaércio Soares Martins – CRA-MT
Adm. Sebastião Luiz de Mello – CRA-MS
Adm. Sônia Ferreira Ferraz – CRA-MG
Adm. Aldemira Assis Drago – CRA-PA
Adm. Marcos Kalebbe Saraiva Maia Costa – CRA-PB
Adm. Sérgio Pereira Lobo – CRA-PR
Adm. Joel Cavalcanti Costa – CRA-PE
Adm. Carlos Henrique Mendes da Rocha – CRA-PI
Adm. Jorge Humberto M. Sampaio – CRA-RJ
Adm. Ione Macêdo de Medeiros Salem – CRA-RN
Adm. Ruy Pedro Baratz Ribeiro – CRA-RS
Adm. Paulo César de Pereira Durand – CRA-RO
Adm. Antonio José Leite de Albuquerque – CRA-RR
Adm. José Sebastião Nunes – CRA-SC
Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa – CRA-SE
Adm. Mauro Kreuz – CRA-SP
Adm. Rogério Ramos de Souza – CRA-TO

DIRETORIA EXECUTIVA DO CFA (BIÊNIO 2015/2016)

Presidente

Adm. Sebastião Luiz de Mello – MS

Vice-Presidente

Adm. Sérgio Pereira Lobo – PR

Diretores das Câmaras

Câmara de Administração e Finanças – CAF

Adm. Armando Lôbo Pereira Gomes – AL (Diretor)

Adm. Rogerio Ramos de Souza – TO (Vice-Diretor)

Adm. Marcos Kalebbe Saraiva Maia Costa – PB

Câmara de Fiscalização e Registro – CFR

Adm. Jorge Humberto M. Sampaio – RJ (Diretor)

Adm. Ilailson Silveira de Araújo – CE (Vice-Diretor)

Adm. José Samuel de Miranda Melo Júnior – MA

Câmara de Formação Profissional – CFP

Adm. Mauro Kreuz – SP (Diretor)

Adm. Tânia Maria da Cunha Dias – BA (Vice-Diretora)

Adm. Sônia Ferreira Ferraz – MG

Câmara de Desenvolvimento Institucional – CDI

Adm. Carlos Alberto Ferreira Junior – DF (Diretor)

Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa – SE (Vice-Diretor)

Adm. Dionizio Rodrigues Neves – GO

Câmara de Relações Internacionais e Eventos – CRIE

Adm. Marcos Clay Lucio da Silva – AC (Diretor)

Adm. Ruy Pedro Baratz Ribeiro – RS (Vice-Diretor)

Adm. Aldemira Assis Drago – PA

Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos – CEPE

Adm. Alaércio Soares Martins – MT (Diretor)

Adm. José Sebastião Nunes – SC (Vice-Diretor)

Adm. Antônio José Leite de Albuquerque – RR

Câmara de Gestão Pública – CGP

Adm. Ione Macedo de Medeiros Salem – RN (Diretora)

Adm. Marly de Lourdes Uliana – ES (Vice-Diretora)

Adm. Carlos Henrique Mendes da Rocha – PI

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CFA

Superintendência

Superintendente: Adm. Douglas Evangelista Neto

Assessoria Jurídica

Assessor: Adv. Marcelo Dionísio de Souza

Assessoria Especial da Presidência

Assessora: Adm. Ailema da Silva Pucú

Assessoria Especial de Projetos Estratégicos

Assessor: Adm. Sueli Cristina Rodrigues de Moraes Alves

Assessoria Especial de Auditoria

Assessor: Cont. Marcello Augusto Batista Coutinho

Assessoria da Presidência

Assessora: Tecnol. Edylene Macedo Carrasquel

Assessoria da Vice-Presidência

Assessora: Adm. Ana Maria de Araújo Ferreira

Coordenadoria de Administração e Finanças

Coordenador: Adm. Joaquim Luciano Gomes Faria

Coordenadoria de Fiscalização e Registro

Coordenadora: Adm. Benedita Alves Pimentel

Coordenadoria de Formação Profissional

Coordenadora: Adm. Solange Albuquerque Landim Braga de Oliveira

Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional

Coordenadora: RP Renata Costa Ferreira

Coordenadoria de Relações Internacionais e Eventos

Coordenador: Adm. Civaldo José Gabriel

Coordenadoria de Estudos e Projetos Estratégicos

Coordenadora: Adm. Juliana dos Reis Cardoso

Coordenadoria de Gestão Pública

Coordenador: Adm. Rodrigo Neves Moura

Coordenadoria de Informática

Coordenador: José Carlos de Araújo Ferreira

Coordenadoria de Recursos Humanos

Coordenador: Adm. Isaias Alves Santos

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO PERMANENTE DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS CRAs – CPPERDER

Gestão 2015

Conselheiros Federais:

Adm. Sérgio Pereira Lobo – PR – Coordenador

Adm. Joel Cavalcante Costa – PE

Adm. Carlos Henrique Mendes da Rocha – PI

Presidentes de CRAs:

Adm. José Celio Santos Lima – CRA-PA

Adm. Ednaldo Flor da Silva – CRA-PB

COMISSÃO PERMANENTE DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – CPPE

CE – Adm. Ilailson Silveira de Araújo – Coordenador

SP – Adm. Mauro Kreuz – Vice-Coordenador

SE – Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa

COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTOS DO SISTEMA CFA/CRAs – CPR

AL – Adm. Armando Lôbo Pereira Gomes – Coordenador

DF – Adm. Carlos Alberto Ferreira Junior – Vice-Coordenador

PA – Adm. Aldemira Assis Drago

COMISSÃO PERMANENTE ELEITORAL – CPE

TO – Adm. Rogerio Ramos de Souza – Coordenador

RJ – Adm. Jorge Humberto M. Sampaio – Vice-Coordenador

ES – Adm. Marly de Lurdes Uliana

COMISSÃO PERMANENTE DE TOMADA DE CONTAS – CPTC

AM – Adm. José Carlos de Sá Colares – Coordenador

AP – Adm. José Celeste Pinheiro – Vice-Coordenador

PE – Adm. Joel Cavalcante Costa

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

SE – Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa – Coordenador

CFA – Adm. Joaquim Luciano Gomes Faria

CFA – Tec. Cont. Alberto Lopes de Barros

CFA – Assist. Tatiana Almeida Galdeano

CFA – Adm. Kátia Luciane Granjeiro

COMISSÃO PERMANENTE DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

RS – Adm. Ruy Pedro Baratz Ribeiro – Coordenador

AC – Adm. Marcos Clay Lucio da Silva – Vice-Coordenador

BA – Adm. Tânia Maria da Cunha Dias

COMISSÃO DO JUBILEU DE OURO DA PROFISSÃO DE ADMINISTRADOR

Coordenador: Adm. Carlos Alberto Ferreira Junior

Vice Coordenador: Marcos Clay Lucio da Silva

Membros: Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa

Adm. Armando Lobo Pereira Gomes

Adm. Mônica Cova Gama (Presidente do CRA-DF)

Colaboradores externos:

Adm. Ramiro Lubián Carbalhal

Adm. Rui Otávio Bernardes de Andrade

Colaboradores internos:

Adm. Civaldo José Gabriel

Adm. João Humberto de Azevedo



SISTEMA
CFA/CRAs
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONSELHOS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO

www.radioadm.org.br

Rádio ADM – 24 horas de informação e música de qualidade

www.cfa.org.br

Fone (61) 3218-1800 – Fax: (61) 3218-1833

End. SAUS Quadra 1, Bloco L CEP 70070-932 – Brasília/DF